UNIODONTO
PLANOS ODONTOLÓGICOS
AMAPÁ

Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá

CNPJ 02.254.846/0001-83 - NIRE 16 4 0000098 2 - Registro ANS 365785

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em Reiais)

	Nota	2019	2018
Ativo			
Ativo Circulante		2.530.838	2.996.246
Disponível	23	60.239	10.818
Realizável		2.470.599	2.985.428
Aplicações Financeiras	2.4 e 5	1.742.446	2.188.887
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		766.911	731.490
Aplicações Livres		975.535	1.457.397
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	420.261	502.197
Contraprestação Pecuniária a Receber	2.7	417.345	499.461
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		2.916	2.736
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	2.8 e 7	10.615	12.246
Créditos Tributários e Previdenciários	8	191.519	212.328
Bens e Títulos a Receber	2.9 e 9	68.147	48.004
Despesas Antecipadas		1.281	
Conta-Corrente com Cooperados	10	36.330	21.766
Ativo Não Circulante		3.112.451	3.264.563
Investimentos	2.10 e 11	36.647	25.723
Outros Investimentos		36.647	25.723
Imobilizado	2.11 e 12	3.075.804	3.237.854
Imóveis de Uso Próprio		2.660.767	2.557.667
Não Odontológicos		2.660.767	2.557.667
Imobilizado de Uso Próprio		415.037	463.348
Não Odontológicos		415.037	463.348
Imobilizações em Curso			216.839
Intangível			986
Total do Ativo		**5.643.289**	**6.260.809**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIODONTO
PLANOS ODONTOLÓGICOS
AMAPÁ

Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá

CNPJ 02.254.846/0001-83 - NIRE 16 4 0000098 2 - Registro ANS 365785

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em Reiais)

	Nota	2019	2018
Passivo			
Passivo Circulante		1.183.609	1.686.094
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	2.13 e 13	591.258	1.245.937
Provisão de Contraprestações		216.056	201.538
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		9.391	361.875
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		365.811	682.524
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		17.470	12.108
Contraprestações a Restituir		9.923	7.599
Receita Antecipada de Contraprestações	14	7.547	4.509
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	7		13.091
Provisões	2.15	6.457	3.710
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	15	167.689	72.010
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	16	200.878	164.911
Débitos Diversos	2.14 e 17	199.632	174.111
Conta-Corrente de Cooperados	10	225	216
Passivo Não Circulante		590.013	711.992
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	16	590.013	711.992
Patrimônio líquido		3.869.667	3.862.723
Capital Social		2.514.891	2.598.650
Reservas	18	1.175.599	1.133.989
Reservas de Sobras		1.175.599	1.133.989
Superávits Acumulados		179.177	130.084
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**5.643.289**	**6.260.809**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reconheço a exatidão do referido balanço patrimonial de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizando ao Ativo e Passivo R$ 5.643.289 (Cincos milhões, seiscentos e quarenta e três mil, e duzentos e oitenta e nova reias), conforme documentação forneceida pela cooperativa.

Macapá-AP, 31 de Dezembro de 2019

Ana Valéria dos Santos Silva
Presidente
CPF 334.091.292-00

Jedson Augusto Valente Monteiro
Contador
CRC-PA-009111/O-0 T-AP

UNIODONTO
PLANOS ODONTOLÓGICOS
AMAPÁ

Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá

CNPJ 02.254.846/0001-83 - NIRE 16 4 0000098 2 - Registro ANS 365785

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Nota	2019	2018
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		8.166.888	7.815.354
Contraprestações Líquidas	2.5	8.395.669	8.029.690
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(228.781)	(214.336)
Eventos Indenizáveis Líquidos	2.6	(4.119.504)	(4.365.391)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(4.436.217)	(4.337.516)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		316.713	(27.875)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		4.047.384	3.449.963
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		30.417	33.630
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		759.388	1.536.446
Receitas com Operações de Assistência Odontológica		4.611	7.100
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Odontológica		1.576	69
Outras Receitas Operacionais		753.201	1.529.277
Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(8.250)	(7.241)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(1.389.243)	(1.916.332)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(198.313)	(199.791)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(1.190.930)	(1.716.541)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora		(91.157)	(91.094)
Resultado Bruto		3.348.539	3.005.372
Despesas de Comercialização		(8.520)	(5.699)
Despesas Administrativas	19	(3.148.123)	(2.884.790)
Resultado Financeiro Líquido		61.785	47.587
Receitas Financeiras		109.847	116.211
Despesas Financeiras		(48.062)	(68.624)
Resultado Patrimonial		2.306	1.966
Receitas Patrimoniais		2.306	1.966
Resultado Antes dos Impostos e Participações		255.987	164.436
Imposto de Renda	2.17	(4.036)	(2.319)
Contribuição Social	2.17	(2.421)	(1.391)
Resultado líquido		249.530	160.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Macapá-AP, 31 de Dezembro de 2019

Ana Valéria dos Santos Silva
Presidente
CPF 334.091.292-00

Jedson Augusto Valente Monteiro
Contador
CRC-PA-009111/O-0 T-AP

UNIODONTO
PLANOS ODONTOLÓGICOS
AMAPÁ

Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá

CNPJ 02.254.846/0001-83 - NIRE 16 4 0000098 2 - Registro ANS 365785

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

			Reservas			
	Nota	Capital Social	Fundo de Reserva	FATES	Sobras/Perdas a disposição da AGO	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		761.366	779.089	312.091	2.327.826	4.180.372
Aumento de capital social por meio de sobras, conf. AGO		1.852.575	-	-	(1.852.575)	-
Aumento de capital social em espécie		46.000	-	-	-	46.000
Devolução de capital social		(61.291)	-	-	-	(61.291)
Sobras distribuídas entre os cooperados, conf. AGO		-	-	-	(475.251)	(475.251)
Ajustes de exercícios anteriores	18(c)	-	-	-	16.562	16.562
Utilização do FATES		-	-	(4.395)	-	(4.395)
Sobras do exercício		-	-	-	160.726	160.726
Proposta de destinação das sobras	18					
Constituição do Fundo de Reserva		-	17.729	-	(17.729)	-
Constituição do FATES		-	-	17.729	(17.729)	-
Constituição do FATES (Atos Não Cooperativo)		-	-	11.746	(11.746)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		2.598.650	796.818	337.171	130.084	3.862.723
Aumento de capital social em espécie		9.999	-	-	-	9.999
Devolução de capital social		(93.758)	-	-	-	(93.758)
Sobras distribuídas entre os cooperados, conf. AGO		-	-	-	(130.084)	(130.084)
Utilização do FATES		-	-	(28.743)	-	(28.743)
Sobras do exercício		-	-	-	249.530	249.530
Proposta de destinação das sobras	18					
Constituição do Fundo de Reserva		-	24.953	-	(24.953)	-
Constituição do FATES		-	-	24.953	(24.953)	-
Constituição do FATES (Atos Não Cooperativo)		-	-	20.447	(20.447)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.514.891	821.771	353.828	179.177	3.869.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ana Valéria dos Santos Silva
Presidente
CPF 334.091.292-00

Jedson Augusto Valente Monteiro
Contador
CRC-PA-009111/O-0 T-AP

UNIODONTO
PLANOS ODONTOLÓGICOS
AMAPÁ

Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá

CNPJ 02.254.846/0001-83 - NIRE 16 4 0000098 2 - Registro ANS 365785

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	8.053.831	8.794.571
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	6.978.537	7.715.977
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	100.117	52.893
(+) Outros Recebimentos Operacionais	12.277	81.800
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(4.814.835)	(4.666.720)
(-) Pagamento de Comissões	(8.520)	-
(-) Pagamento de Pessoal	(1.522.500)	(763.259)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(241.488)	(349.077)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(433.233)	(323.034)
(-) Pagamento de Outros Tributos	(359.348)	(572.970)
(-) Pagamento de Aluguel	(1.768)	-
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(1.495)	(10.781)
(-) Aplicações Financeiras	(6.544.190)	(7.728.077)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(834.994)	(1.439.361)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	382.391	791.962
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Recebimento de Dividendos	-	1.966
(+) Outros Recebimento das Atividades de Investimento	25.756	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(14.825)	(100.616)
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	(9.700)	(3.435)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	1.231	(102.085)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	9.999	667
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	246.370	-
(-) Pagamento de Participações nos Resultados	(131.220)	(500.396)
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Financiamento	(459.350)	(189.197)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(334.201)	(688.926)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	49.421	951
CAIXA - Saldo Inicial	10.818	9.867
CAIXA - Saldo Final	60.239	10.818
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	49.421	951
Ativos Livres no Início do Período	1.468.215	1.828.254
Ativos Livres no Final do Período	1.035.774	1.468.215
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. - RECURSOS LIVRES	(432.441)	(360.039)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2019

Ana Valéria dos Santos Silva
Presidente

Jedson Augusto Valente Monteiro
Contador

UNIODONTO
PLANOS ODONTOLÓGICOS
AMAPÁ

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá**, que utiliza como nome de fantasia a expressão **Uniodonto Amapá**, é uma sociedade cooperativa, singular, congregando os integrantes da profissão odontológica, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados, e tem como objetivos: (a) organização em comum e em maior escala dos serviços relativos às atividades econômicas, técnicas, educacionais e assistenciais dos associados e seus interesses; (b) viabilização financeira e implantação de assistência odontológica, de pesquisa e de treinamento de cooperados e de empregados, e; (c) abastecimento de equipamentos, artigos, gêneros e quaisquer insumos de uso e insumo em odontologia, em trabalhos de pesquisa e científicos, em atividades de ensino e de autoinstrução e em atividades de formação e treinamento de pessoal.

As atividades da Cooperativa compreendem a comercialização e administração de planos de assistência odontológica e são reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, estando registrada junto a esta última sob o nº 36578-5.

A Administração da **Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá** entende que, neste momento, não é necessário nenhum ajuste nas demonstrações contábeis da Cooperativa decorrente da adoção dos procedimentos determinados pela ANS por meio da Resolução Normativa - RN nº 430, de 7 de dezembro de 2017, que dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, em função de não possuir operações de corresponsabilidade com suas congêneres, resultantes de atendimentos de beneficiários do plano de forma continuada, ou seja, com características de "intercâmbio habitual".

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

As demonstrações contábeis da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão pela Administração em 7 de fevereiro de 2020.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela ANS, as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e observando-se a Lei das Cooperativas nº 5.764/71. O modelo de apresentação e o plano de contas seguem regulamentação da ANS. Eles evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, que estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração, de certas estimativas contábeis críticas e, também, o uso de julgamentos que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, dos custos e das despesas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda para apresentação

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

2.3 Disponível (Caixa e Equivalentes de Caixa)

O disponível é constituído de numerários em caixa e depósitos bancários.

2.4 Ativos Financeiros

2.4.1 Classificação

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos Financeiros Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado

Os ativos financeiros pelo valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria no caso de aquisição, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Esses ativos financeiros são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e são incluídos como ativo circulante. Os empréstimos e recebíveis da Cooperativa compreendem "disponível" e "créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionados ou não com planos de saúde da operadora".

(c) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos e não classificados em nenhuma das categorias anteriores. A Cooperativa pode negociar seus ativos financeiros antes do vencimento em caso de não estarem vinculados a ativos garantidores.

2.4.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Cooperativa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, mensurados pelo valor justo, acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados no resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Cooperativa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos, financiamentos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Cooperativa opera basicamente títulos de liquidez imediata no grupo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo, que se aproximam de seu valor de mercado. As variações no valor justo de títulos classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "receitas e despesas financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

2.4.3 *Impairment* de Ativos Financeiros

(a) Ativos Mensurados por Custo Amortizado

A Cooperativa avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Cooperativa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou do principal;
(iii) probabilidade de que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou
(iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

A Cooperativa mensura o *impairment* com base na diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda por *impairment* conhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

(b)Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A Cooperativa avalia no fim de cada exercício, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos aqui classificados, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se existir essa evidência para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado, será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

2.5 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre prestações de serviço.

As receitas com as contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência à saúde na modalidade de preço preestabelecido são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – *pro-rata-die* – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

As receitas correspondentes aos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fazem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais.

Conforme requerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, os valores não apropriados de acordo com seus respectivos períodos de competência são registrados na rubrica "Provisão de Contraprestação Não Ganha – PCNG", e posteriormente apropriados como receita de acordo com o critério *pro-rata-die*, conforme o adequado período de competência da cobertura do risco dos contratos.

2.6 Reconhecimento do Custo

Os eventos indenizáveis contabilizados pela Cooperativa são apropriados ao custo, considerando-se a data da apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores, correspondente aos eventos ocorridos. Nos casos em que o fato gerador (atendimento ao beneficiário) da despesa ocorre sem o conhecimento da Cooperativa, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica denominada "Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)".

2.7 Contraprestação Pecuniária a Receber

Referem-se aos valores a receber pela venda de contratos de planos de assistência à saúde, reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perdas sobre créditos, se necessário. Destacam-se nesse grupo:

• Preestabelecido: mensalidades do plano privado de assistência à saúde calculadas e pagas antes da utilização das coberturas contratadas.

A provisão para créditos para liquidação duvidosa é constituída segundo os seguintes critérios:

•Planos individuais com preço pré-estabelecido – A totalidade do crédito desse tipo de plano, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 60 dias;

•A totalidade do crédito dos demais planos, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 90 dias.

A Administração da Cooperativa revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

2.8 Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora – Ativo Circulante

Referem-se principalmente aos valores a receber e a faturar de operações de assistência à saúde prestados a outras Uniodontos. Destacam-se nessa modalidade os Intercâmbios, que tratam de atendimentos eventuais por uma operadora (Cessionária) a um beneficiário do plano de saúde de outra operadora (Cedente). Nesse caso, a Cedente deve considerar o atendimento como de um prestador de serviço conveniado e reconhecê-lo como evento. Já a Cessionária está funcionando como simples prestadora de serviço (apesar de ser operadora) e tratará a operação de prestação de serviços não relacionados com seus planos de saúde, inclusive, segregando os valores do atendimento e de qualquer adicional cobrado pelo serviço prestado.

Registram-se ainda nesse grupo outros créditos operacionais de prestação de serviços médico-hospitalares (convênios e particulares) reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perda sobre créditos, se necessário.

2.9 Bens e Títulos a Receber

Os bens e títulos a receber estão formados por estoques, cheques, adiantamentos e outras contas a receber de operadoras de cartões de créditos.

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição e não excede ao custo de reposição ou valores líquidos de realização.

Os cheques, adiantamentos e outras contas a receber de operadoras de cartões de créditos são demonstrados por seus valores líquidos de realização, reconhecendo-se as eventuais perdas estimadas apresentadas como contas redutoras.

2.10 Investimentos – Ativo Não Circulante

Consistem, em sua maioria, em quotas de sociedades congêneres e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando necessário.

2.11 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício) e perdas ao valor recuperável, se for o caso.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Resultado Patrimonial" na demonstração do resultado.

2.12 *Impairment* de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

As provisões técnicas, classificadas no passivo, têm como objetivo refletir as obrigações futuras esperadas decorrentes da operação de planos privados de assistência à saúde, adequando-as aos princípios contábeis. Estas provisões refletem tanto a perspectiva de gastos futuros incertos quanto à sua ocorrência e valor. O fato gerador é um fato passado que gera a concessão de um benefício previsto contratualmente. A concessão do benefício, entretanto, não implica na ocorrência de um gasto com assistência à saúde. Assim, as referidas provisões são registradas em função dos gastos esperados com assistência à saúde. São contabilizadas tendo como base de cálculo as formulações e regras explicitadas em normativos ou, quando estes facultarem, Nota Técnica Atuarial aprovada previamente pela ANS. O registro se dá em obediência ao Princípio de Competência, lastreadas, obrigatoriamente, por ativos garantidores estabelecidos nos moldes da legislação vigente.

A Cooperativa possui as seguintes provisões:

(a)Provisão de Contraprestação Não Ganha – PCNG

A provisão de contraprestação não ganha (PCNG), regulamentada pela ANS, compreende a apropriação das contraprestações e dos prêmios em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário — pro rata dia — do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

O cálculo da PCNG deve apurar a parcela de prêmios não ganhos relativos ao período de cobertura do risco.

(b)Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais

Os eventos a liquidar são registrados pelo valor integral cobrado na data do primeiro conhecimento pela operadora.

Com base em normativos da ANS, é adotado como prática pela Cooperativa que o registro contábil das Provisões de Eventos a Liquidar deverá ser realizado pelo seu valor integral cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de transmissão, direta ou indireta, que evidencie a realização do procedimento assistencial do beneficiário.

A provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores, sendo obrigatória a vinculação para eventos que tenham sido avisados há mais de 30 dias para a operadora.

São reconhecidos pelo valor justo, o que, na prática, corresponde ao valor das contas médico-hospitalares.

(c)Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à operadora de planos de assistência à saúde. A ANS estabelece que o cálculo da PEONA deva ser efetuado por meio de metodologia desenvolvida por atuário, consubstanciada por Nota Técnica Atuarial de Provisão – NTAP, a qual deverá ser encaminhada para análise e aprovação da ANS.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas.

2.14 Fornecedores – Débitos Diversos – Passivo Circulante

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e desde que possa ser feita a estimativa confiável do valor.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.16 Provisões para Ações Judiciais

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões judiciais são constituídas quando há uma obrigação legal ou tácita resultante de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorpore benefícios econômicos para liquidá-la e possa ser feita uma estimativa confiável do montante envolvido.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis.

Com base na posição dos assessores jurídicos da Cooperativa, não foi necessário constituir provisão para a cobertura de passivos contingentes.

2.17 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data dos balanços da Entidade, estando atento às leis específicas aplicáveis para a Cooperativa.

As provisões para o imposto de renda e para a contribuição social imputadas ao resultado, são calculadas conforme a Lei nº 5.764/71, sendo ainda observada as demais normas a respeito. Desta forma, a base de cálculo destes tributos é o resultado positivo dos atos não cooperados do exercício e ajustes realizados no LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real. O imposto de renda é computado sobre a sobra tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as sobras que excederem R$ 240 mil no período de 12 meses. A contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre a sobra tributável. O reconhecimento destes tributos obedece ao regime de competência.

As antecipações do imposto de renda e contribuição social, recolhidas mensalmente por estimativa, são contabilizadas diretamente no resultado mensal como provisões, são reclassificadas para o ativo circulante em dezembro de cada ano, os créditos apurados após o fechamento do exercício para compensação com tributos futuros.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos de forma direta são agrupados no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados

A Cooperativa utiliza as taxas estabelecidas pelo Fisco para o cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado.

Provisão para contratos onerosos

De acordo com o CPC 25, um contrato oneroso é "aquele em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo deste". No caso de existir um contrato oneroso, será reconhecida a obrigação presente de acordo com o contrato, com a necessidade de ser reconhecida e mensurada como provisão. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato – dos dois, o menor.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1 Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

A gestão de risco é realizada pela Gerência Financeira e aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. A Gerência Financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração estabelecem princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

(a)Risco de Crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. A Gerência Financeira avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, sua experiência passada e outros fatores. As vendas para clientes são liquidadas por meio de boleto bancário.

(b)Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Gerência Financeira. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, bem como das exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em papéis do mercado financeiro, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

(c)Risco de Mercado

O risco de taxa de juros da Cooperativa decorre, principalmente, do seu volume de aplicações financeiras. Todas as movimentações relacionadas à taxa de juros impactam no resultado da Cooperativa.

A política da Cooperativa é de (a) garantir com aplicações financeiras as provisões técnicas exigidas pela agência reguladora, vinculando-as em favor da ANS nos termos dos normativos legais da referida agência reguladora, e (b) aplicar o excedente no mercado financeiro, buscando as melhores taxas de mercado nas instituições financeiras.

4.2 Gestão de Capital

O objetivo principal da administração de capital é salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Cooperativa pode rever a forma de distribuição de sobras do exercício, ou aumentar as quotas de participação deles na Cooperativa.

A Cooperativa monitora o capital com base no indicador da margem de solvência, regra financeira prudencial com foco na capitalização das operadoras de saúde, que consiste em uma garantia adicional às provisões técnicas, regulamentada por normativos da ANS. A margem de solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos para cobrir o maior montante entre os seguintes valores: 20% das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses.

4.3 Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações com planos de assistência à saúde e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos provisão para perdas sobre créditos estejam próximos de seus valores justos.

5. Aplicações Financeiras

	2019	2018
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		
Fundo de Renda Fixa	766.911	731.490
	766.911	731.490
Aplicações Livres		
Certificado de Depósito Bancário - CDB	4.095	86.064
Fundo de Renda Fixa	971.440	1.371.333
	975.535	1.457.397
	1.742.446	2.188.887

UNIODONTO
PLANOS ODONTOLÓGICOS
AMAPÁ

6. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

	2019	2018
Usuários-Pessoa Física	1.747.585	1.495.560
Usuários-Pessoa Jurídica	373.415	309.496
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência Odontológica	3.406	3.212
	2.124.406	1.808.268
Provisão para Perdas sobre Créditos	(1.704.145)	(1.306.071)
	420.261	502.197

7. Créditos (Débitos) de Operadora de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora – Ativo e Passivo Circulantes

Corresponde a valores a receber (a pagar) oriundos do atendimento a usuários de outras operadoras de planos de assistência odontológica que atuam em nome Uniodonto.

8. Créditos Tributários e Previdenciários

	2019	2018
IRRF a compensar	165.499	183.552
CSLL a compensar	4.185	7.136
INSS a compensar	9.783	12.315
ISS a compensar	249	86
PIS e COFINS a compensar	11.803	9.239
	191.519	212.328

9. Bens e Títulos a Receber

	2019	2018
Estoques	4.396	4.396
Cheques a receber	11.898	11.898
Adiantamentos a funcionários	29.340	6.991
Adiantamentos diversos	-	21.687
Outros créditos a receber	34.411	14.930
	80.045	59.902
Provisão Para Perdas Sobre Cheques a Receber	(11.898)	(11.898)
	68.147	48.004

10. Conta-Corrente com Cooperados – Ativo Circulante / Conta-Corrente de Cooperados – Passivo Circulante

	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Adiantamentos	36.330	-	21.766	-
Sobras a pagar	-	225	-	216
	36.330	225	21.766	216

11. Investimentos – Ativo não circulante

	2019	2018
Participações Societárias - Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		
Uniodonto do Brasil	1.597	1.597
Participações Societárias - Outras Entidades		
Unicred-Belém	22.272	21.206
Sicoob	3.078	2.920
Federação das Cooperativas Uniodontos da Amazônia do Brasil	9.700	-
	36.647	25.723
	36.647	25.723

Os Investimentos referem-se a quotas-parte nas entidades acima indicadas.

12. Imobilizado

	2019			2018
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imóveis de Uso Próprio - Não Odontológicos				
Terrenos	65.014	-	65.014	65.014
Edificações	2.969.946	(374.192)	2.595.754	2.492.653
Imobilizado de Uso Próprio - Não Odontológicos				
Instalações	880	(880)	-	-
Máquinas e Equipamentos	272.102	(125.731)	146.371	152.096
Equipamentos de Informática	172.567	(160.654)	11.913	18.436
Móveis e Utensílios	393.675	(136.923)	256.752	292.816
Veículos	281	(281)	-	-
Imobilizações em Curso	-	-	-	216.839
	3.874.465	(798.661)	3.075.804	3.237.854

As taxas de depreciação ao ano são as seguintes: 4% para Edificações, 10% para Instalações, Máquinas e Equipamentos e Móveis e Utensílios e 20% para Equipamentos de Informática e Veículos.

UNIODONTO
PLANOS ODONTOLÓGICOS
AMAPÁ

A seguir relacionamos a movimentação do ativo imobilizado:

	Imóveis de Uso Próprio - Não Odontológicas						
	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Móveis e Utensílios	Imobilizações em Curso	Total
Taxa de depreciação (% a.a.)	-	4%	10%	20%	10%	-	
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	65.014	2.602.777	87.180	24.811	324.714	118.299	3.222.795
Adições	-	-	84.948	3.350	5.359	118.753	212.410
Depreciação	-	(110.124)	(20.032)	(9.725)	(37.257)	(20.213)	(197.351)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	65.014	2.492.653	152.096	18.436	292.816	216.839	3.237.854
Adições	-	216.839	15.890	-	1.214	-	233.943
Transferências	-	-	-	-	-	(216.839)	(216.839)
Depreciação	-	(113.739)	(21.614)	(6.523)	(37.278)	-	(179.154)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	65.014	2.595.753	146.372	11.913	256.752	-	3.075.804

13. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

	2019	2018
Provisão de Contraprestações Não Ganhas - PCNG	216.056	201.538
Provisão de Eventos a Liquidar		
Rede contratada/Credenciada	250	40.937
Produção de Cooperados	439	313.853
Intercâmbio-Operadora de Assistência à Saúde	8.702	7.085
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA (i)	365.811	682.524
	591.258	1.245.937

Até 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa registrava os valores relativos a PEONA com base na Resolução Normativa – RN nº 274, de 20 de outubro de 2011 e alterações posteriores. A partir do exercício de 2019, foi autorizada pela ANS a realizar o referido registro com base em nota técnica atuarial.

14. Receita antecipada de contraprestações

Refere-se a valores decorrentes de recebimento antecipado da prestação de serviços odontológicos a usuários pessoa física, que serão apropriados ao resultado na medida em que os serviços forem prestados.

15. Tributos e Encargos Sociais a Recolher

	2019	2018
ISS a recolher	2.997	7.319
Contribuições previdenciárias a recolher	82.165	29.660
FGTS a recolher	8.767	7.630
IR Retido na Fonte a recolher - Funcionários	7.486	6.322
IR Retido na Fonte a recolher - Terceiros	46.594	3.166
COFINS e PIS / PASEP a recolher	19.546	17.385
Outros	134	528
	167.689	72.010

16. Empréstimos e financiamentos a pagar – Passivo circulante e não circulantes

	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco da Amazônia S/A (a)	148.136	590.013	164.202	711.992
Outros empréstimos (b)	52.742	-	709	-
	200.878	590.013	164.911	711.992

(a) Refere-se a contrato de financiamento celebrado com o Banco da Amazônia S/A em 28/06/2013, com liberação em 3 parcelas, cujo valor total monta a R$1.226.462. Os recursos foram destinados à construção da sede própria. Os pagamentos estão assim programados: Bônus de 15% por quitação no vencimento, juros sobre saldo devedor pagos mensalmente e carência de 36 meses para o principal, vencendo-se a 1ª parcela em 10/06/2016 e a última em 10/05/2025, que perfaz um prazo de 144 meses. O empréstimo está garantido por hipoteca cedular de terreno, fiança bancária e aval de dirigentes.

(b)O débito refere-se a saldo da conta garantida contratada junto ao Banco Santander.

17. Débitos diversos

	2019	2018
Salários a pagar	51.603	41.717
Honorários a pagar	-	15.123
Provisão para férias	92.286	74.760
Fornecedores	4.898	6.030
Outros débitos	50.845	36.481
	199.632	174.111

18. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Cooperativa é de R$2.514.891 (R$2.598.650 em 2018), representado por 69 cooperados (70 em 2017), é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a R$72.020. A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperados e não pode ser negociada de nenhum modo nem dada em garantia. Todavia, depois de integralizadas, poderão ser transferidas entre cooperados, mediante autorização do Conselho de Administração e o pagamento de uma taxa de 10% sobre seu valor, desde que o associado não fique com número inferior ao mínimo estatutário.

(b) Sobras e Perdas do Exercício

Em caso de sobras do exercício, o estatuto social da Cooperativa prevê a seguinte destinação:

i)Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES – Indivisível entre os cooperados, é constituído a razão de 10% das sobras apuradas no exercício. Destina-se a prestar assistência aos cooperados e seus familiares, bem como programar atividades de incremento técnico e educacional dos cooperados e funcionários. No caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, terá o destino que a Lei determinar, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

ii) Fundo de Reserva – É constituído a razão de 10% das sobras apuradas no exercício. Destinado a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Cooperativa venha a sofrer, sendo indivisível entre os associados, mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, hipótese em que terá o destino que a Lei determinar, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

As sobras líquidas, após as destinações, serão distribuídas aos cooperados na proporção das operações que houveram realizado com a Cooperativa, após a aprovação do balanço geral pela Assembleia Geral Ordinária, salvo decisão diversa desta. As perdas verificadas que não tenham cobertura no fundo de reservas, serão rateadas entre os cooperados, após aprovação do balanço geral pela Assembleia Geral Ordinária, na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa.

(c)Ajustes de exercício anteriores

	2019	2018
Reversão de ISSQN	-	16.562

19.Despesas Administrativas

	2019	2018
Despesas com Pessoal Próprio	(1.996.198)	(1.896.270)
Despesas com Serviços de Terceiros	(628.313)	(502.843)
Despesas com Localização e Manutenção	(208.180)	(211.530)
Despesas com Depreciação e Amortização	(179.153)	(178.544)
Publicidade e Propaganda	(23.336)	(13.013)
Despesas com Tributos	(72.153)	(49.882)
Outras Despesas	(40.790)	(32.708)
	(3.148.123)	(2.884.790)

20. Partes relacionadas

(i) Transações e saldos

As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas, principalmente, pelos eventos indenizáveis junto aos seus próprios cooperados, sendo estes eventos remunerados de acordo com a tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos – CBHPM.

(ii) Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da administração compreende os membros da diretoria executiva da Cooperativa (presidente e diretores), conselheiros de administração e conselheiros fiscais. A remuneração paga ao pessoal-chave, por serviços de gestão, foi de R$420.303 (R$471.651 em 2018).

21. Conciliação entre o Resultado Líquido e o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Conciliação entre o Resultado Líquido e o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

	2019	2018
Resultado líquido	249.530	160.726
Ajustes de:		
Distribuição de Sobras	(130.084)	(475.251)
Aumento/Dimunição de Capital Social	(93.758)	(15.291)
Depreciação	179.154	197.351
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	16.562
Utilização do FATES	(28.743)	(4.395)
Resultado líquido - Ajustado	176.099	(120.298)
Variação nas Aplicações Financeiras	446.441	(9.171)
Variação nos Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	81.936	282.508
Variação dos Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	1.631	(2.903)
Variação nos Créditos Tributários e Previdenciários	20.809	37.697
Variação nos Bens e Títulos a Receber	(20.143)	72.924
Variação das Despesas Antecipadas	(1.281)	-
Variação das Contas Correntes com Cooperados	(14.564)	10.688
Variação nos Investimentos	104.240	500.959
Variação no Imobilizado	(2.279)	(111.794)
Variação no Intangivel	986	1.407
Variação nas Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(654.679)	69.552
Variação dos Débitos de Operações de Assistência à Saúde	5.362	(71)
Variação nos Débitos de Oper. Assist. à Saúde não Relacion. com Planos de Saúde da Operadora	(13.091)	3.730
Variação nas Provisões	2.747	(2.216)
Variação nos Tributos e Encargos Sociais a Recolher	95.679	(11.447)
Variação dos Empréstimos e Financiamentos a Pagar	126.968	49.316
Variação nos Débitos Diversos	25.521	20.887
Variação nas Conta-Correntes de cooperados	9	194
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais - método direto	382.391	791.962

UNIODONTO
PLANOS ODONTOLÓGICOS
AMAPÁ

22. Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Cooperativa não possuía cobertura de seguros sobre os bens do ativo imobilizado, a fim de cobrir eventuais perdas com sinistros.

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2019

Ana Valéria dos Santos Silva
Presidente
CPF 334.091.292-00

Jedson Augusto Valente Monteiro
Contador
CRC-PA-009111/O-0 T-AP